



O GOLPE DE 2016, O CONTEXTO LATINO-AMERICANO E AS LUTAS SOCIAIS

Giovanni Semeraro

Universidade Federal Fluminense – UFF

“Nossos inimigos terão todas as vantagens enquanto nós não unificarmos o governo da América” (S. Bolívar, in G. G. Márquez, “*O general em seu labirinto*”, p. 102).

Resumo

No texto a seguir apresenta-se a radiografia do golpe de 2016 no Brasil, mostrando que seu desfecho foi o resultado de um conjunto de atores e fatores nacionais e internacionais para barrar o processo de democratização e os avanços sociais ocorridos no Brasil na última década. A situação do Brasil é contextualizada no quadro da América Latina, também alvejada nos seus projetos de autonomia e soberania pela crise estrutural do capital, estourada nos países centrais e arcada mais duramente pelos países periféricos. As partes deste artigo se articulam em torno dos mecanismos que levaram à implantação do um fascismo ultraneoliberal que cria as condições para reconduzir o Brasil e a região sul-americana à condição de dependência e de colônia dos Estados Unidos dedicados a dissolver a constituição de países soberanos e a implementar um velado Estado de exceção. Finaliza-se o texto apontando novos caminhos para as forças populares e as organizações sociais reagirem e lutarem pela democracia e a construção de um novo projeto de sociedade.

Palavras-chave: Gramsci. Estado de exceção. Ultraneoliberalismo. Lutas sociais.

Introdução

Antes de apresentar as minhas reflexões gostaria de prestar uma homenagem ao falecido Reitor dessa Universidade, o Prof. Luiz Carlos Cancellier, empurrado para a morte por uma investigação irresponsável e manifestar minha total solidariedade aos docentes e estudantes que no Brasil vêm sendo perseguidos, exonerados e vilipendiados por questões políticas. Outro tributo vai para o querido D. Losurdo, falecido recentemente, pelo enorme pensamento crítico e o incansável embate contra o revisionismo, o (neo)liberalismo, o colonialismo e o imperialismo. Seguem algumas reflexões sobre os três pontos contidos no título desta mesa redonda: o golpe de 2016, o contexto latino-americano e as lutas sociais.

O Golpe

À distância de pouco mais de um ano do vergonhoso “golpe institucional” conduzido pelos próprios poderes da República que levou à destituição da Presidenta Dilma Rousseff, democraticamente eleita em 2014, continuamos estarrecidos com o tamanho do processo tragicômico que lançou o Brasil à beira da ruptura democrática e o mergulhou em uma das piores crises políticas e econômicas, sociais e institucionais de sua história.

Diversamente das clássicas intervenções militares, tão recorrentes na história do Brasil e da América Latina, este golpe de novo tipo foi aplicado com luvas de pelica e revestido de protocolos institucionais, sem deixar de se fantasiar de “salvação nacional”, da mesma forma que a cínica denominação de “revolução” fora conferida ao golpe civil-militar de abril 1964 (MARINHO, 1964). Baseado em grosseiros artifícios jurídicos e grotescas manobras parlamentares, a deposição sem fundamento de Dilma Rousseff em 17 de abril de 2016 foi o desfecho de uma “guerra híbrida” orquestrada por um consórcio de atores políticos e econômicos nacionais e internacionais, setores da Magistratura, do Ministério Público e da Polícia Federal, o conjunto da mídia monopolizada e de redes sociais financiadas pelo grande capital que, mais uma vez, mobilizou a classe média rancorosa e reacionária como massa de manobra.

O fato que nenhuma manifestação dos “patriotas verde-amarelos” tenha se insurgido depois, face aos monumentais escândalos de corrupção da quadrilha instalada no Governo Temer e da podridão dos partidos de direita, dos bancos, das empresas e dos grupos que apoiaram o golpe, nem diante do esgarçamento do tecido produtivo e social

do país, tornou mais claro o projeto do golpe: neutralizar as conquistas democráticas, extinguir os investimentos públicos, estancar o processo de emancipação das camadas populares, implementar draconianas reformas de austeridade (por exemplo, a EC nº 95/2016), oferecer a preços ridículos para os investidores as riquezas do país e reconduzi-lo à condição mais abjeta de colônia. Um roteiro, como tem sido detectado, que se repete na história do Brasil, toda vez que aparecem sinais de emancipação das classes trabalhadoras e dos setores marginalizados (SOUZA, 2016, p. 112ss).

O resultado dessa avalanche criminoso, anunciada como “ponte para o futuro”, tem sido o maior retrocesso na história do Brasil com a eliminação de direitos, o ataque às organizações dos trabalhadores, a disseminação de grupos fascistas e a erupção do autoritarismo que está levando à prisão de manifestantes, à perseguição de jornalistas, à ingerência política das Forças Armadas, ao cerco das universidades públicas e à eliminação de lideranças populares (o assassinato de Marielle Franco é apenas o mais notório).

Valendo-se da falência do poder executivo e legislativo e da desarticulação das forças progressistas, o Judiciário vem ocupando um lugar proeminente nesse processo e agrava o clima de insegurança com decisões parciais, covardes e contraditórias. À mercê deste suprapoder autocrático, corporativo e intocável, “o principal e mais perigoso agente da exceção no Brasil” (VALIM, 2017, p.57), o país adentrou para uma situação mais deletéria que os “novos despotismos” e a tecnocracia, fenômenos detectados nas democracias liberais por autores como N. Bobbio (2016). Aperfeiçoando os métodos de deposição de M. Zelaya em Honduras (2009) e F. Lugo no Paraguai (2012), no Brasil o “cesarismo justicialista”, desencadeado pela plenipotenciária Operação Lava Jato (reprodução pedestre da Operação Mãos Limpas da Itália), por trás de uma aparente normalidade democrática, pavimentou os caminhos do “golpe branco” com o amplo uso do *lawfare*, gritantes violações da Constituição e a cumplicidade da burocracia “verdadeiro partido político, o pior de todos” (Gramsci, Q 3, §119, p.388)¹.

Além disso, obcecada pela sua inescrupulosa ambição, a Lava Jato acabou se tornando uma operação autolesiva para o país, ao solapar pilares da estrutura produtiva, minar o ciclo da Nova República e chocar o ovo da serpente do “fascismo ultraneoliberal”. Se fosse bem intencionado, de fato, o alardeado combate à corrupção

¹ Gramsci, A., *Quaderni del carcere*, edição crítica de V. Gerratana, 4 vols, Einaudi, Torino, 1975. Esta obra será citada no corpo do texto com o símbolo Q, seguido pelo número do caderno, pelo número do parágrafo e da página da edição italiana.

seria permanente e imparcial, enfrentaria os bancos, os cartéis, as manobras das grandes corporações internacionais, as raízes da obscena dívida pública, a lavagem escancarada de dinheiro e a evasão de divisas, os predadores internos e externos que dilapidam as riquezas nacionais e seria conduzido por um conjunto de instituições transparentes, não pela exibição de um “capitão américa” ungido pelos Estados Unidos, por setores reacionários e uma mídia mercenária e corrupta.

Na verdade, o “Estado de exceção” que vem se instalando no Brasil pela Lava Jato, para além da polissemia da sua locução e antes dos estudos recentes que o qualificam como “*absolutismo da contemporaneidade*” (AGAMBEN, 2003, p.11), encontra uma explicação mais aguda na percepção de W. Benjamin quando observa que “a história dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ em que vivemos é na verdade a regra geral” (1987, p. 222-232). Uma consideração que pode ser sintonizada e complementada com diversas anotações de A. Gramsci voltado a mostrar que sem uma sólida organização política e a criação de uma nova civilização e de um novo Estado “os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se revoltam e se insurgem” (Q 25, §2, p. 2283). Particularmente nos períodos de crise, alerta Gramsci, quando “a classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais ‘dirigente’” (Q 3, §34, p.311), “os agrupamentos sociais regressivos e conservadores se reduzem cada vez mais à sua fase inicial econômico-corporativa” (Q 6, §10, p.690) e se reorganizam rapidamente lançando mão de todos os meios para se manter no poder.

A grave depressão econômica com a qual estes dois autores se depararam no início do século passado e que conduziu a soluções autoritárias e às atrocidades das guerras mundiais, hoje, em outro contexto, regurgita diante de uma crise mais catastrófica do capital que, para se sustentar, não hesita em demolir a democracia e os avanços civilizatórios, associando ao poderio econômico e militar a concentração dos meios de comunicação, a manipulação do imaginário e o “genocídio cultural”. Ecoando Marx e Engels, quando afirmam que “a classe que é a potência material é ao mesmo tempo a potência espiritual dominante” (1998, p.48), diversos autores apontam que hoje “o controle monopolístico que a grande riqueza exerce sobre os meios de produção das ideias, sobretudo das emoções, desempenha um papel largamente mais importante que nos tempos de Marx” (LOSURDO, 2014, pp.71ss). Entre outros meios, tendo à disposição as tecnologias mais avançadas, o acesso a um estoque impressionante de dados pessoais e estudos sofisticados sobre o comportamento humano, o grande capital cria uma espécie de *Goebbels* global que gera ondas de opinião a seu favor, constrói rapidamente

uma vontade coletiva virtual, promove o linchamento de reputações de opositores e a desestruturação de nações mais vulneráveis.

No final da década de 70, quando grande parte do subcontinente americano era dominado pelos planos da Guerra Fria e por regimes fardados, N. Chomsky e E. S. Herman, já mostravam que as nossas elites associadas às Forças Armadas, ao contrário do fascismo nacionalista da primeira metade do século XX, praticavam um ‘fascismo clientelista’ (*client fascism*) docilmente submisso aos ditames dos Estados Unidos e aos organismos internacionais (1979). Com o declínio do ciclo das ditaduras militares na América Latina, as “democracias” plasmadas pelo neoliberalismo e dominadas pelas classes abastadas adotaram tecnologias de governo de modo a contornar a Constituição e manipular as instituições republicanas. Neste enredo, também os governos progressistas no Brasil, ao procurar gerenciar um presidencialismo de coalizão com uma trama caótica de partidos, foram se acomodando ao sistema e aos expedientes conciliatórios deixando inalteradas as estruturas econômicas e os mecanismos da desigualdade. Guardadas as devidas distinções, seja os governos de F. Henrique Cardoso (1994-2002) como os de L. Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) promoveram um modelo de desenvolvimento que se limitou a modernizar o capitalismo brasileiro e a expandir o consumo, sem comprometer a manutenção do sistema e o ordenamento social (ALVES, 2010).

O contexto latino-americano

Não devemos, portanto, nos surpreender se a crise global do capital estourada em 2008 nos países centrais, ao atingir duramente também a América Latina, abalou a frágil construção do Estado Democrático de Direito, destruiu os tímidos avanços sociais e aplainou o caminho para reconduzi-la à condição de colônia e de exportadora de produtos primários baratos, em consonância com a divisão internacional do trabalho da 4ª revolução industrial. Pode parecer incrível, mas por mais catastrófica que seja, a crise vem sendo utilizada para radicalizar os pressupostos que a geraram: a dominação do mercado financeiro e dos predadores econômicos, a concentração das riquezas e o fortalecimento das ideologias reacionárias. O fantasma da crise, de fato, tem favorecido a difusão do medo e dos muros, o populismo do nacionalismo racista e a desconfiança na democracia. Assim, em meio à desorientação das esquerdas e ao ressentimento da classe média, vem predominando a narrativa que lança a culpa nas políticas sociais e nos

investimentos públicos, nas organizações dos trabalhadores e nos partidos vinculados às reivindicações das camadas sociais mais vulneráveis. Nesta onda, os “governos progressistas” da América Latina passaram a ser alvo de acusações de incompetência e corrupção e foram sendo derrotados um após o outro. Desta forma, ao limpar o terreno de entraves, o neoliberalismo voltou à tona com toda sua virulência e brutalidade, radicalizando a desregulamentação do trabalho, rebaixando salários, suprimindo direitos sociais e mergulhando a massa popular na vulnerabilidade e na servidão.

O quadro atual da América Latina confirma um traço fundamental da sua história: as crises nos centros de poder são sempre pagas com uma maior exploração da periferia e das classes mais desprotegidas. O que vem ocorrendo, de fato, é a substituição do precário Estado social por um Estado mais armado para defender privilégios, desnacionalizar a economia, desmontar a democracia, solapar a soberania, subordinar as instituições às grandes corporações estrangeiras e aos desígnios do debilitado império norte-americano. Capitaneado por este, o “capitalismo de desastre” (KLEIN, 2008), além de destruir o planeta, dedica-se a introduzir na América Latina um ultraneoliberalismo que desorganiza a sociedade e intimida os trabalhadores. O desemprego, a precarização e a insegurança, juntamente com o endividamento e a depressão das classes médias que vêm se alastrando nesses anos (ANTUNES, 2018) não ocorrem por acaso, mas são intencionalmente promovidos por um sistema que se sustenta não pela pujança, mas pela desestruturação das relações sociais, a colonização das subjetividades e uma “acumulação por espoliação” (HARVEY, 2014, p. 172). Neste modelo, o lucro não é só obtido diretamente pelo trabalho, mas pela extorsão e penhora dos bens pessoais, o endividamento permanente, a privatização do que é público, a apropriação dos fundos de pensão e das riquezas coletivas. Uma expropriação, portanto, que não penaliza apenas materialmente, mas também, existencialmente, pela destruição dos vínculos culturais, afetivos e sociais e as possibilidades de conhecimento e organização política. Por isso, pesquisas do DIEESE mostram que desde 2014 as lutas dos trabalhadores se tornaram mais defensivas e que as greves diminuíram significativamente de 25% (DIEESE, 2017).

Na América Latina, o Brasil vem sendo particularmente atingido pelo papel estratégico que ocupa na disputa cada vez mais tensa entre as duas grandes potências, China e Estados Unidos. Sendo integrante dos BRICS e protagonista relevante nas relações internacionais, é pilastra fundamental na arquitetura política e econômica da América Latina. Nos atuais tempos de nova Guerra Fria, não se pode esquecer que o Brasil, além de seu importante protagonismo geopolítico, continua a ser cobiçado pela

riqueza do seu território e dos recursos energéticos (petróleo e gás), pela sua imponente produção agropecuária, reservas de minérios (nióbio, lítio, urânio, ferro, cobre, alumínio, bauxita, ouro e prata), concentração de água, florestas, diferentes biomas, empresas de grande porte e uma imensa mão-de-obra disponível e barata.

Fracassados nas operações do Oriente Médio e amedrontados com o avanço da China e o fortalecimento da Rússia, os Estados Unidos voltaram a concentrar suas atenções no subcontinente americano, reativando a “Doutrina Monroe”, incrementando o alinhamento das políticas e economias regionais aos seus interesses, trabalhando para dismantlar as iniciativas orientadas a constituir uma Comunidade Sul-Americana, como Unasul e Celac, intensificando a espionagem em empresas estratégicas, interferindo nas eleições e nas instituições com a Cooperação Jurídica Internacional, apertando o cerco a Cuba e Venezuela e levantado muros contra os fluxos migratórios. A pretexto do combate à corrupção e ao narcotráfico a “cooperação hemisférica” dos Estados Unidos permite que a CIA, DEA e operações militares possam converter as Forças Armadas, as polícias e aparelhos de segurança em controle da população e dispersão das organizações políticas de oposição.

É preciso, no entanto, observar também que a desestruturação da soberania nacional e o assalto às riquezas do subcontinente não é só obra de predadores externos, mas aporte de uma parte significativa da elite econômica local. Um indesejado efeito colateral derivado da Lava Jato (e operações correlatas), de fato, está expondo a público uma ponta da corrupção que afunda suas verdadeiras raízes no poderio do capital e na classe dominante do subcontinente. A “Operação Zelotes” (promovida pela Receita Federal e a Corregedoria do Ministério da Fazenda), desvendou um esquema de sonegação de tributos fraudados no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), escandalosas isenções de impostos e generosos “empréstimos” de instituições públicas a juros ridículos, a redução ou desaparecimento de dívidas de muitos bancos e grandes empresas. A operação “Acrônimo” abriu uma fresta na caixa de pandora da manipulação de projetos e de medidas apresentadas por parlamentares a favor de empresas das quais recebiam propinas. Embora diligentemente encobertos pela imprensa corporativa, documentos que vazaram do “Panama Papers” e de contas secretas na Suíça e outros paraísos fiscais (divulgadas pelo Wiki-Leaks), mostram listas de “ilustres patriotas” brasileiros que possuem “meio trilhão de reais no exterior” (JORNAL DO BRASIL, 29/07/2018) e evadiram do país consideráveis divisas não declaradas. A manutenção desse sistema e o banquete dos juros, a forma mais fetichizada do capital,

constituem um rombo imensamente maior que os casos de corrupção e levam o Estado a perder sua soberania pelo endividamento com o capital especulativo, proprietário dos títulos da dívida pública brasileira. Contudo, por incrível que pareça, entre os que se revestem da bandeira verde-amarela nas manifestações reacionárias e banalizam o hino nacional, alheios à dores da população e aos destinos do país, há muitos que se locupletam na crise e esbanjam seus ganhos em despesas de mil e uma noite. Tal quadro faz lembrar de uma anotação de Gramsci no Caderno 13: “muitas vezes, o assim chamado ‘partido estrangeiro’ não é exatamente o que vulgarmente vem indicado como tal, mas exatamente o partido mais nacionalista que, na realidade, mais do que representar as forças vitais do próprio país, representa a subordinação e o servilismo econômico às nações ou a um grupo de nações hegemônicas” (Q 13, §2, pp. 1562-3).

As lutas sociais

Nos dois pontos abordados anteriormente mostramos como o avanço do fascismo ultraneoliberal está agindo no Brasil e na América Latina recolonizando a região, minando sua autonomia e união e dismantelando o sistema produtivo e as organizações dos trabalhadores. A pretexto da crise e da corrupção atribuídas aos governos progressistas, foram impostas medidas autoritárias para suprimir os avanços sociais e a emancipação das camadas populares, comprometendo tanto o direito como a vida social e política do país. Na prática, o golpe e a instauração do Estado de exceção no Brasil estão minando não só o Estado Democrático de Direito, mas a própria soberania popular, fonte de todo poder legítimo e pilastra principal de uma nação livre.

Desnorteadas com o trauma do golpe, as forças democráticas, as esquerdas e os movimentos sociais, precisam reagir com lucidez e determinação, realizar uma autocrítica construtiva, superar os interesses particulares, se unir com as camadas populares, os desempregados e precarizados em uma frente nacional para barrar o avanço da destruição, do arbítrio e do Estado policial. A gravidade da situação demanda a concentração das lutas sociais em torno das bases fundamentais da sociedade: a defesa da Constituição, da democracia, dos direitos civis, políticos e sociais e das riquezas da nação. Neste sentido, a luta principal deve ser travada para reivindicar a “reintegração de posse” da soberania popular e a reconstrução de um Estado que não seja refém do poder econômico e subjugado a predadores internos e externos.

No início destas reflexões mencionamos o § 2 do Caderno 25, onde Gramsci afirmava que “os grupos subalternos [e, acrescentaríamos, os países periféricos] sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se revoltam e se insurgem”. É preciso, no entanto, completar a leitura daquela nota: “só a vitória ‘permanente’ quebra, e não imediatamente, a subordinação” (SEMERARO, 2015, pp.213-235). Quer dizer que as lutas sociais dos subalternos, para ter resultado efetivo, precisam superar a dispersão, o imediatismo, o voluntarismo, “o subversivismo esporádico, elementar, desorgânico” (Q 10, §41.XIV, p. 1325) e desenvolver organizações e ações permanentes de caráter nacional-popular para poder construir a hegemonia da democracia efetiva, como Gramsci a define, que consiste na passagem da condição de dirigidos a dirigentes, de governados a governantes (Q 8, §191, p. 1056), educando-se na arte do autogoverno, estabelecendo uma relação dialética, de recíproca fecundação e igualdade, entre direção e integrantes das organizações populares (Q 13, §36, pp.1634-35). Neste empreendimento, além de combater o fascismo de novo tipo introduzido pelo ultraneoliberalismo, as lutas sociais precisam enfrentar também as omissões e acomodações, as políticas conciliatórias e a cumplicidade de partidos e forças progressistas que acabam se tornando funcionais a um sistema que continua a manter assim a ordem e a reprodução controlada da desigualdade sem comprometer a estrutura socioeconômica.

Na dialética da história empastada de “contradições e suas antíteses” (Q 10, §41.XIV, p. 1326), Gramsci alerta sobre o perigo da domesticação e da absorção da antítese pela tese (Q 15, §11, p. 1768). Para escapar desta armadilha, é necessário não perder o horizonte da luta de classe e propiciar as condições para a emergência de uma “antítese vigorosa que coloque em campo todas as suas possibilidades” (Q 15, §62, p.1827). Neste sentido, para evitar que as lutas sociais sejam neutralizadas e esmagadas é preciso considerar que seu maior significado e consistência são alcançados quando não se limitam a conquistas parciais e momentâneas ou a aceitar acomodações dentro do sistema, mas quando conseguem convergir para um projeto construído em comum com as classes populares que revoluciona integralmente a realidade, socializando o poder e tornando a sociedade efetivamente livre, criativa e soberana.

Sem adotar a violência, a mentira, a covardia e a brutalidade dos métodos fascistas, pelo contrário, denunciando e desmascarando continuamente tais manobras, as lutas sociais precisam adquirir força, organização, inteligência e determinação apresentando a proposta de um projeto alternativo ao capitalismo, que como nunca vem assumindo as formas de totalitarismo e imperialismo. A conquista da hegemonia e da

soberania popular passa pela atuação política em todas as suas formas, pelo fortalecimento dos partidos, dos sindicatos, das organizações populares, pela emanção incansável de iniciativas voltadas a criar um Estado nacional-popular de base radicalmente democrática para combater a desintegração e a depredação introduzidas pelo fascismo ultraneoliberal.

No início do século passado, durante a crise profunda que sacudiu a Europa, C. Schmitt formulava sua teoria política nos termos da contraposição amigo-inimigo e do uso da força como expressão de poder, afirmando que “o soberano é quem decide sobre o estado de exceção” (1972. P.73). Gramsci, ao contrário, demolia a atávica teoria do poder das elites fundada sobre o autoritarismo e mostrava que a verdadeira e duradoura soberania de uma nação está baseada sobre a construção livre, consciente e democrática da vontade coletiva nacional-popular, de uma “vontade como consciência operosa da necessidade histórica, como protagonista de um real e efetivo drama histórico” (Q 13, §1, p.1559). Porque, para Gramsci, o verdadeiro poder não é concentrador, excludente e repressor, mas uma ação coletiva consciente e politicamente organizada que visa expandir as potencialidades populares e construir uma hegemonia que promove a universalização dos direitos, a socialização do poder econômico, político e cultural.

Em meio à crise tão devastadora que atinge o Brasil, a América Latina e o mundo não há mais dúvidas de que para resolver os problemas que nos incumbem chegou a hora de enfrentar a catástrofe pela raiz: o combate claro, determinado, organizado e mundial de todas as lutas sociais contra o imperialismo ultraneoliberal que destrói a humanidade e o planeta. Finalizo, sem cansar de repetir a advertência de Gramsci: a catástrofe do capitalismo “não pode ser superada que construindo uma nova estrutura” (Q 14, §57, p. 1716), um “novo Estado” e “uma nova civilização” (Q 13, §1, pp.1556-61).

Referências

AGAMBEN, G. **Stato di Eccezione**. Bollati Boringhieri, Torino, 2003.

ALVES, G., **Neodesenvolvimentismo e precarização do trabalho no Brasil**. Boitempo, São Paulo, 2010.

ANTUNES, R., **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. Boitempo, São Paulo, 2018.

BENJAMIN, W., “Sobre o conceito de história”, in Id., **Magia e técnica, arte e política**. Brasiliense, São Paulo, 1987.

BOBBIO, N., **Contra os novos despotismos**: escritos sobre o berlusconismo. Unesp, São Paulo, 2016.

CHOMSKY, N.,-Herman, E.S., **The Washington Connection and the Third World Fascism**. South and Press, London, 1979.

DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). Disponível em: www.dieese.org.br/análise2017. Acessado em 16 de fev. de 2018.

HARVEY, D., **O neoliberalismo**: história e implicações. Edições Loyola, São Paulo, 2014.

KLEIN, Naomi, **A doutrina do choque**: a ascensão do capitalismo de desastre. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2008.

LOSURDO, D., **La sinistra assente**: crisi, società dello spettacolo, guerra. Carocci, Roma, 2014.

MARINHO, R., “Editorial”, in: **Jornal O Globo**, 2 de abril de 1964.

MARX, K.-Engels, F., **A Ideologia alemã**. Martins Fontes, São Paulo, 1998.

SCHMITT, C., **Le categorie del ‘politico’**. Saggi di teoria politica, a cura di G.Miglio - P.Schiera, Il Mulino, Bologna, 1972.

SEMERARO, G., “Uma leitura dos movimentos populares a partir do Caderno 25”, in Id., **Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis**. Ideias e Letras, São Paulo, 3ª ed., 2015.

SOUZA, Jessé, **A radiografia do golpe**. LeYa, São Paulo, 2016.

VALIM, R., **Estado de exceção**: a forma jurídica do neoliberalismo. Contracorrente, São Paulo, 2017.

Recebido em 16 de junho de 2019

Aprovado em 05 de julho de 2019

Editado em 10 de setembro de 2019